

VULNERABILIDADE SOCIAL E DESEMPENHO DESIGUAL DOS MUNICÍPIOS GOIANOS

Juliana Dias Lopes¹
Murilo Rosa Macêdo²
Lucelena Fátima de Melo³

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da pobreza é analisado por diversas óticas, das quais se destacam, entre outras, as seguintes: pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza multidimensional. A primeira está ligada a fatores relacionados com sobrevivência física, enquanto a pobreza relativa compreende as necessidades a serem satisfeitas, conforme o modo de vida que predomina na sociedade analisada (Rocha, 2003). O conceito de pobreza multidimensional está ligado à situação de privação não apenas econômica, mas também cultural e política. Na década de 1990, observa-se, segundo Monteiro (2011), um esgotamento da análise da pobreza restrita às questões econômicas. Isso significa um esforço em compreender esse fenômeno não o reduzindo ao viés monetário, e nesse sentido, o conceito de vulnerabilidade social observa diferentes variáveis. Dessa forma, entende-se que a noção de vulnerabilidade social é antes de tudo política, e introduz novos recursos interpretativos para além da questão econômica sobre os processos de desenvolvimento social (Ipea, 2015a).

A construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) busca compreender a pobreza além da insuficiência de renda, calculado por meio da média aritmética dos seguintes subíndices: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. Cada subíndice é composto por um conjunto de indicadores, com o total de dezesseis. O índice varia de 0 a 1 e está dividido em cinco faixas, de forma que quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade.

1. Pesquisadora em economia na Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). *E-mail*: <juliana-dl@segplan.go.gov.br>.

2. Pesquisador em ciências sociais na Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais do IMB. *E-mail*: <murilo-rm@segplan.go.gov.br>.

3. Gerente de desenvolvimento institucional e socioeconômico na Superintendência de Assuntos Metropolitanos e Projetos Estratégicos da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima). *E-mail*: <lucelena.metropolitana@gmail.com>.

A fim de compreender as dimensões da vulnerabilidade social e o desempenho dos municípios goianos, este estudo tem dois objetivos. O primeiro é realizar uma caracterização do IVS e de suas dimensões, a partir da publicação realizada pelo Ipea, com recorte para os municípios do estado de Goiás. O segundo busca integrar o IVS com o Índice de Desempenho dos Municípios Goianos (IDM) – publicado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB/Segplan-GO) – para a geração de um novo índice: o Índice de Desempenho Social dos Municípios Goianos (IDS).

Para atingir o primeiro objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva que, segundo Gil (2002), busca descrever as características de determinado fenômeno ou população. Dessa forma, buscou-se mostrar como a vulnerabilidade se manifesta com diferentes intensidades nas heterogêneas porções do território goiano.

Com relação ao segundo objetivo, utilizou-se a noção de prosperidade social, desenvolvida pelo Ipea, resultante do cruzamento dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com os valores do IVS. Neste estudo, o IDHM foi substituído pelo IDM, por ser um índice bastante utilizado tanto pela administração estadual quanto pelos municípios do estado de Goiás com o objetivo de orientar as respectivas administrações. A escolha do IDM em detrimento do IDHM decorre da abrangência do índice que é composto por 34 variáveis, distribuídas em seis dimensões (economia, trabalho, infraestrutura, saúde, educação e segurança pública), selecionadas com o objetivo de conferir o desempenho dos municípios goianos. Por ser um índice de periodicidade bianual e construído com uma gama de variáveis significativamente maior que o IDHM, espera-se que o IDM retrate, de forma ampla, a realidade dos municípios goianos e atenda a finalidade de medir o desempenho⁴ social dos municípios goianos.

4. Neste trabalho, mantemos a terminologia “desempenho” por ser a adotada pelo índice original do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) e da Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (Segplan-GO). Segundo o instituto que criou este índice, “A opção pelo termo desempenho ao invés do termo desenvolvimento (como é mais utilizado por outros índices de mesma natureza) deve-se à dificuldade de operacionalizar por meio de uma medida quantitativa os significados que assumem o termo desenvolvimento. (...) o termo desenvolvimento carrega em si um conceito amplo, às vezes difuso, e com significados que podem variar segundo o contexto sócio, histórico, econômico e cultural da localidade. Por isso, acredita-se que o termo desempenho é mais preciso. No contexto do IDM, ele significa atuação observada por meio de variáveis que expressam recursos, processos e/ou resultados que indicam aspectos positivos e negativos das localidades nas áreas analisadas. Assim, o IDM visa descrever e comparar o desempenho dos municípios em determinadas áreas e não o ‘desenvolvimento’ dos municípios” (IMB, 2014a).

Este trabalho está estruturado em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta o IVS geral dos municípios goianos. A segunda, terceira e quarta seções apresentam as dimensões do IVS, na seguinte ordem: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, e Renda e Trabalho. A quinta seção apresenta o IDS para os municípios goianos.

2 IVS MUNICÍPIOS GOIANOS

O estado de Goiás, composto por 246 municípios, é a nona economia brasileira, e tem apresentado média de crescimento econômico acima da média brasileira. Embora os indicadores socioeconômicos apresentem melhorias em seus resultados, ainda há 86 e dezesseis municípios na faixa de média e alta vulnerabilidade social, respectivamente. Conforme pode se visualizar na figura 2, em 2010, é clara a situação de maior vulnerabilidade nos municípios do entorno do Distrito Federal e do nordeste goiano.

No que concerne à Infraestrutura Urbana, o estado de Goiás se desenvolveu de forma preponderante ao redor dos grandes eixos rodoviários da BR-153 (microrregiões de Meia Ponte, Goiânia, Anápolis e Ceres) e da BR-060 (microrregiões do vale do rio Dos Bois e do sudoeste goiano), além da região que se formou através da antiga estrada de ferro (microrregiões de Catalão e Pires do Rio). Estas também são as microrregiões que concentraram os maiores incentivos e financiamentos subsidiados com o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), “a distribuição de recursos do FCO está fortemente concentrada nas regiões mais dinâmicas do estado – centro e sul” (IMB, 2014b). Não por acaso, estas são as microrregiões que, em geral, apresentam os menores índices de vulnerabilidade social (IVS) no estado. Goiás, em 2000, encontrava-se na faixa de alto IVS; já em 2010, passa para a faixa de médio IVS, avançando 27,6% em direção a níveis mais baixos de vulnerabilidade social.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos municípios goianos por faixas do IVS e aponta a evolução ocorrida entre 2000 e 2010.

TABELA 1
Distribuição dos municípios nas faixas do IVS – Goiás (2000 e 2010)

Vulnerabilidade social		2000		2010	
		Número de municípios	%	Número de municípios	%
Muito baixa	0,000 a 0,200	0	0	16	6,50
Baixa	0,201 a 0,300	9	3,66	128	52,03
Média	0,301 a 0,400	85	34,55	86	34,96
Alta	0,401 a 0,500	101	41,06	16	6,50
Muito alta	>0,500	51	20,73	0	0

Fonte: Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras (Ipea, 2015b).

Em 2010, dezesseis municípios estavam classificados na faixa de muito baixa vulnerabilidade social, o que representa 6,5% dos municípios goianos. Destes, onze estão localizados no sul goiano, quatro no centro goiano e um no norte goiano, o município de Alto Horizonte, com 4.505 habitantes, possui um dos maiores produto interno bruto (PIB) *per capita* do Estado, puxado pela extração de sulfeto de cobre, importante gerador de divisas para Goiás.

Os resultados mostram avanços, em 2000, 51 municípios goianos estavam na faixa de muito alto IVS, já em 2010, nenhum deles encontrava-se nessa classificação. Observa-se que a proporção de municípios nas faixas de muito baixo e baixo IVS aumentou de 3,66% para 58,53% no período.

Vários fatores contribuíram para o avanço dos índices em Goiás: a melhoria da economia e das condições sociais em geral no Brasil; a modernização e maior inserção da economia goiana em nível nacional e internacional (Arrais, 2004); a maior formalização e política de valorização do salário mínimo que contribuíram para aumentar o poder de compra do trabalhador; além dos programas de transferência de renda mediante cumprimento de condicionalidades que, além de possibilitar a subsistência de famílias em condição de vulnerabilidade, contribuem para as melhorias nos índices de acesso a serviços de educação e saúde dessas populações.

Flores de Goiás (leste goiano), em 2000, foi o município com maior vulnerabilidade social em Goiás e manteve essa posição em 2010. O município de menor vulnerabilidade, em 2000, foi Chapadão do Céu, e, em 2010,

passou a ser Três Ranchos, ambos localizados no sul goiano. Isso indica a manutenção das desigualdades regionais no que se refere à vulnerabilidade social dos municípios goianos, no período analisado, como se observa nas figuras 1 e 2.

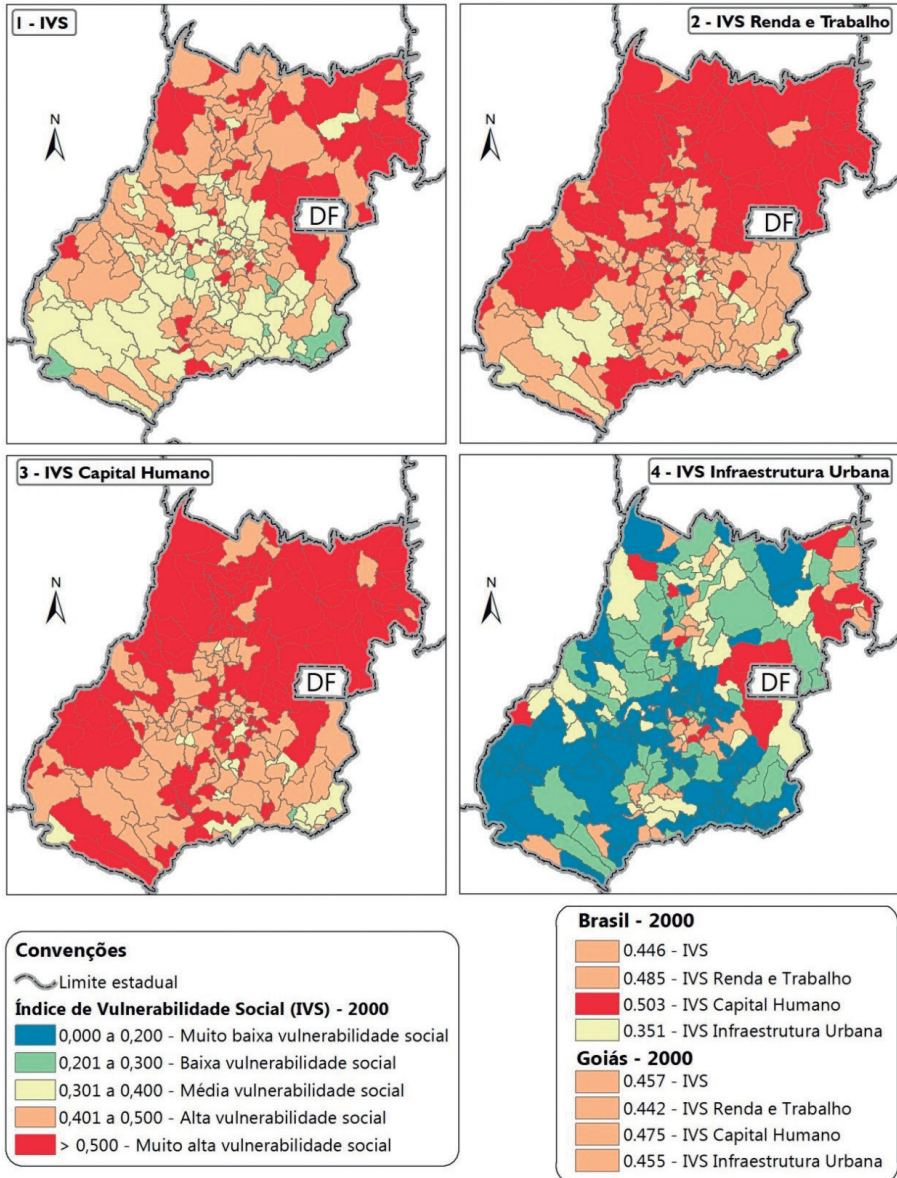
O desenvolvimento econômico-social de Goiás aconteceu de maneira bastante heterogênea em seu território. As desigualdades verificadas hoje entre as diferentes regiões do estado são produto não apenas do processo histórico de formação do território, mas também do processo de modernização da economia goiana. A distribuição da população e da produção agropecuária se dá de forma irregular no território e é dependente do financiamento da infraestrutura e do crédito agrícola e empresarial (Arrais, 2004).

Em Goiás, a dimensão do IVS que apresenta menor evolução no período é a Infraestrutura Urbana com 15,4%, saiu de alta para média vulnerabilidade social, entre 2000 e 2010. O IVS Capital Humano avançou 29,7%, saiu da faixa de baixa para média vulnerabilidade social. O IVS Renda e Trabalho foi o que mais avançou, 38%, saiu de alta para baixa vulnerabilidade social no período analisado.

Por meio das figuras 1 e 2, pode-se visualizar a diminuição da vulnerabilidade nos municípios goianos. Contudo, observa-se que o IVS Capital Humano ainda apresenta grande número de municípios com muito alta vulnerabilidade social. Isso é um complicador ao desenvolvimento humano, uma vez que nesta dimensão estão os indicadores que abrangem especialmente as crianças e os jovens. Por meio desta espacialização, é possível identificar os diferentes graus de vulnerabilidade das dimensões que compõem o índice.

FIGURA 1

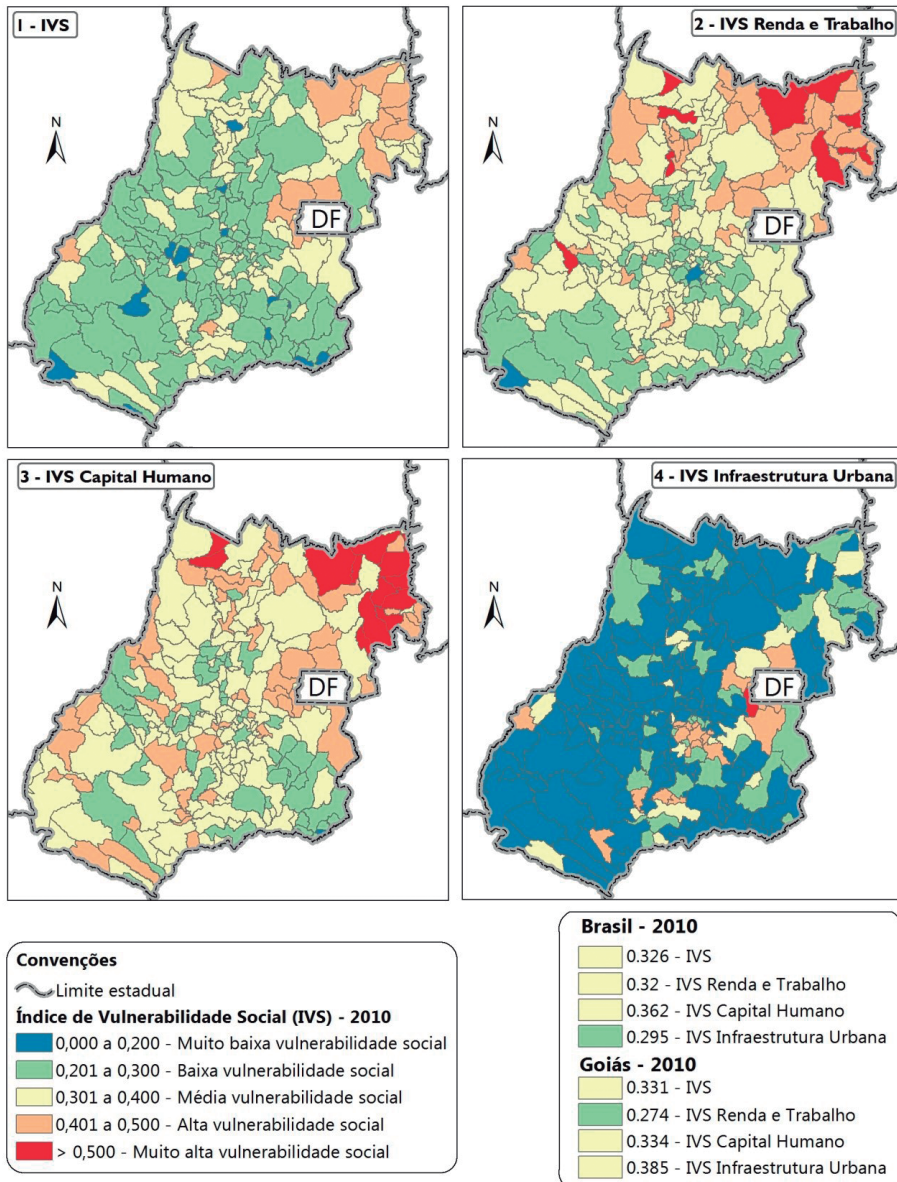
Municípios goianos: IVS, IVS Renda e Trabalho, IVS Capital Humano e IVS Infraestrutura Urbana (2000)



Fonte: Ipea (2015a).

Elaboração: Instituto Mauro Borges.

FIGURA 2
Municípios goianos: IVS, IVS Renda e Trabalho, IVS Capital Humano e IVS Infraestrutura Urbana (2010)



Na tabela 2, encontram-se os dez melhores e os dez piores resultados de municípios no IVS em 2010. Dos dez municípios com menor vulnerabilidade social, nove estão localizados no sul goiano. Dos dez municípios com maior vulnerabilidade social, seis estão no leste goiano. Isso ratifica a realidade de desigualdade regional em Goiás. Assim, tem-se o município de Três Ranchos com menor vulnerabilidade social no estado (0141), classificado na faixa de muito baixo IVS, e o município de Flores de Goiás com alto IVS (0,482), em 2010.

TABELA 2
Melhores e piores municípios no IVS – Goiás (2010)

Melhores municípios	Microrregião	IVS	Piores municípios	Microrregião	IVS
Três Ranchos	Catalão	0,141	Flores de Goiás	Vão do Paranã	0,482
Rio Quente	Meia Ponte	0,148	Monte Alegre de Goiás	Chapada dos Veadeiros	0,470
Anhanguera	Catalão	0,159	Teresina de Goiás	Chapada dos Veadeiros	0,467
Ouvidor	Catalão	0,161	Baliza	Aragarças	0,46
Lagoa Santa	Quirinópolis	0,172	São Domingos	Vão do Paranã	0,459
Chapadão do Céu	Sudoeste de Goiás	0,173	Cavalcante	Chapada dos Veadeiros	0,428
Cumari	Catalão	0,173	Iaciara	Vão do Paranã	0,426
Taquaral de Goiás	Anápolis	0,180	Cocalzinho de Goiás	Entorno de Brasília	0,425
São João da Paraúna	Vale do Rio dos Bois	0,182	Santo Antônio do Descoberto	Entorno de Brasília	0,425
Palmelo	Pires do Rio	0,184	Padre Bernardo	Entorno de Brasília	0,424

Fonte: Ipea (2015b).
Elaboração dos autores.

A tabela 2 evidencia as disparidades regionais de Goiás. As microrregiões do Vão do Paranã, Chapada dos Veadeiros e Entorno de Brasília são vizinhas e se localizam na porção nordeste de Goiás. Distante dos grandes eixos rodoviários e historicamente carente de investimentos públicos, estas microrregiões apresentam os maiores índices de vulnerabilidade social do estado.

Cabe ressaltar que, apesar de ainda haver muito a ser feito nessas regiões, houve uma melhoria considerável na década analisada. A dinamização da agricultura no oeste da Bahia, assim como na própria região de Goiás e o fortalecimento do ecoturismo na região da Chapada dos Veadeiros e das grutas e cavernas da região de Terra Ronca são fatores que contribuíram com a melhoria dos indicadores socioeconômicos da região. Além disso, contribuíram também programas sociais, como Bolsa Família, Luz para Todos, Programa Brasil Quilombola, entre outros. Estes programas diminuem a vulnerabilidade nessas regiões na medida em que complementam a renda das famílias e levam infraestrutura, como o acesso à energia elétrica e a promoção da regularização fundiária de comunidades quilombolas.

3 IVS INFRAESTRUTURA URBANA DOS MUNICÍPIOS GOIANOS

Em Goiás, a Infraestrutura Urbana é a dimensão que apresentou os piores resultados, com índice de 0,385, em 2010. Compõem esta dimensão três variáveis:⁵ *i)* percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário;⁶ *ii)* percentual da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo;⁷ e *iii)* percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e retornam diariamente ao trabalho.⁸

Essa dimensão é de suma importância na situação de vulnerabilidade dos sujeitos, pois, para além da questão material em si, da ausência de serviços públicos essenciais, como saneamento básico e dificuldade de acesso ao local de trabalho devido à longa distância, lida com o espaço e os lugares de vivência das pessoas, que são importantes para a formação da identidade. Para tanto, é necessário diferenciar espaço e lugar.

Nesse contexto, *lugares* são locais comunitários compostos de emoções e práticas compartilhadas em significados comuns e recíprocos entre os sujeitos que o habitam, contribuem para a identidade humana, sentimento de segurança e pertencimento. Por seu turno, os *espaços* são vazios, indiferentes, marcados essencialmente pela ausência. Caracterizam-se pela competição e ameaça, tornam-se zonas que se deve temer, tornar seguras ou fugir (Wacquant, 2006). Nesse sentido, os espaços exigem de seus habitantes a criação de estratégias de sobrevivência que intensificam a competição entre eles, de forma que ficam estigmatizados não apenas o local, mas também os indivíduos que nele habitam.

Essa estigmatização degrada simbolicamente os indivíduos que “privados dos trunfos necessários para participar dos vários jogos sociais, apenas partilham sua comum excomunhão. A reunião num só local de uma população, homogênea na privação, tem também como efeito dobrar a privação” (Bourdieu *apud* Wacquant,

5. As duas primeiras variáveis possuem peso 0,300 cada, e a última com peso de 0,400. Isso ocorre para que o peso da variável, que trata de mobilidade, se aproxime da soma dos pesos das duas outras variáveis que tratam do saneamento básico. Importante ressaltar que só há dados da variável sobre mobilidade para o ano 2010. Para tanto, foram considerados os mesmos valores para os dois anos, explicando uma menor variação nesta dimensão que nas outras dimensões do IVS.

6. Razão entre o número de pessoas que vivem em domicílios cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

7. Razão entre a população que vive em domicílios sem coleta de lixo e a população total residente em domicílios particulares permanentes, multiplicada por 100. Estão incluídas as situações em que a coleta de lixo é realizada diretamente por empresa pública ou privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora do serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes, localizados em área urbana.

8. Razão entre o número de pessoas ocupadas, de 10 anos ou mais, que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho, e o total de pessoas ocupadas nessa faixa etária que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e retornam diariamente do trabalho, multiplicado por 100.

2006). Essa reunião se torna um fator ainda mais agravante quando composta por sujeitos de diferentes regiões que, saindo de uma situação precária anterior, migra e encontra mais uma vez a precariedade.

Imigrantes oriundos das mais diversas regiões do país, em especial do Norte e Nordeste do país e do interior do estado de Goiás, são os grandes responsáveis pelo grande crescimento populacional da periferia da Região Metropolitana de Goiás (RM de Goiás), assim como do Entorno do Distrito Federal. Saindo de condições de alta vulnerabilidade social em seus locais de origem, estes imigrantes, sem condições econômicas de permanecerem nos centros metropolitanos, foram empurrados, principalmente pelo preço da terra, para áreas em que se depararam com situação de vulnerabilidade social semelhante das quais buscaram se livrar.

Dessa forma, não apenas os municípios do Entorno do DF, da RM de Goiânia e de bairros periféricos de Goiânia ficam cada vez mais estigmatizados, mas também seus novos e antigos habitantes. O sotaque, os hábitos alimentares e de lazer, os valores simbólicos revelam a origem diferente dessas pessoas. Ao se instalarem nessas regiões carentes e de alta violência, elas contribuem para denegrir a imagem social do local e, reciprocamente, reforçam sua própria estigmatização. Observa-se, conforme tabela 4, que dos dez municípios com piores resultados no IVS Infraestrutura Urbana, seis encontram-se no Entorno do Distrito Federal e dois na RM de Goiânia; enquanto dos dez com melhores resultados, nove encontram-se no sul goiano e um no centro goiano, o que reforça a ideia do desigual desempenho dos municípios goianos.

Na tabela 3, os municípios goianos estão distribuídos por faixa de IVS na dimensão Infraestrutura Urbana e demonstra sua evolução entre 2000 e 2010.

TABELA 3
Distribuição dos municípios nas faixas do IVS Infraestrutura Urbana – Goiás (2000 e 2010)

Vulnerabilidade social		2000		2010	
		Número de municípios	%	Número de municípios	%
Muito baixa	0,000 a 0,200	101	41,05	163	66,26
Baixa	0,201 a 0,300	52	21,13	42	17,07
Média	0,301 a 0,400	40	16,26	18	7,31
Alta	0,401 a 0,500	31	12,60	22	8,94
Muito alta	>0,500	22	8,94	1	0,41

Fonte: Ipea (2015b).

TABELA 4
Melhores e piores municípios no IVS Infraestrutura Urbana – Goiás (2010)

Melhores municípios	Microrregião	IVS Infraestrutura Urbana	Piores municípios	Microrregião	IVS Infraestrutura Urbana
Chapadão do Céu	Sudoeste de Goiás	0,002	Santo Antônio do Descoberto	Entorno de Brasília	0,507
Nova Aurora	Catalão	0,003	Cocalzinho de Goiás	Entorno de Brasília	0,491
Palminópolis	Vale do Rio dos Bois	0,003	Baliza	Aragarças	0,484
Ouvidor	Catalão	0,004	Aparecida de Goiânia	Goiânia	0,487
Córrego do Ouro	Iporá	0,005	Vicentinópolis	Meia Ponte	0,475
Palmelo	Pires do Rio	0,005	Luziânia	Entorno de Brasília	0,471
São Miguel do Passa Quatro	Pires do Rio	0,005	Planaltina	Entorno de Brasília	0,471
Serranópolis	Sudoeste de Goiás	0,006	Aragoiânia	Goiânia	0,466
Lagoa Santa	Quirinópolis	0,007	Novo Gama	Entorno de Brasília	0,465
São João da Paraúna	Vale do Rio dos Bois	0,008	Águas Lindas de Goiás	Entorno de Brasília	0,461

Fonte: Ipea (2015b).
Elaboração dos autores.

Destaca-se, conforme demonstrado na tabela 4, que o município de Chapadão do Céu possui o melhor resultado, com IVS Infraestrutura Urbana igual a 0,002, ou seja, muito baixa vulnerabilidade social.

A capital do estado, Goiânia, apresentou resultado ruim, com 0,412 em 2010, ante 0,419 em 2000. A pouca evolução apresentada no período fez com que ela permanecesse na faixa de classificação de alta vulnerabilidade social em relação à Infraestrutura Urbana, e ocupasse, em 2010, a 19ª pior colocação entre todos os municípios de Goiás.

Em geral, os municípios de Goiás passaram por grande evolução nesta dimensão. Em 2000, 22 municípios apresentavam o IVS Infraestrutura Urbana muito alto. Em 2010, restou apenas o município de Santo Antônio do Descoberto nessa faixa de vulnerabilidade social. Na década de 2000, 62% dos municípios goianos possuíam um IVS Infraestrutura Urbana baixo ou muito baixo, proporção que chegou a 83% em 2010.

O percentual de pessoas que vive em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados varia muito, conforme o município goiano analisado. Sete municípios (Brazabrantes, Cromínia, Itajá, Palminópolis, Rio Quente, Santa Bárbara de Goiás e Três Ranchos) não possuem dados de domicílios sem abastecimento de água e esgotamento sanitário. Por sua vez, doze municípios não fornecem esses serviços para ao menos 10% de sua população, com destaque negativo para Baliza em que 19,5% de seus habitantes não possuem saneamento básico.

Ao se analisar a evolução dos municípios com relação a esse indicador, o grande destaque fica para o município de Porteirão, na microrregião do Meia Ponte. Em 2000, quase a metade dos habitantes de Porteirão não possuíam saneamento básico e, em 2010, mais de 99% possuíam esses serviços.

Outra variável importante para se medir a salubridade dos domicílios de um município é a presença de serviço de coleta de lixo. Este serviço, em 2010, era realidade para 100% dos domicílios particulares permanentes de dezesseis municípios goianos (Itajá, Chapadão do Céu, Caldazinha, Cachoeira de Goiás, Alto Horizonte, Córrego do Ouro, Arenópolis, Água Limpa, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Cruz de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Jesúpolis, Damianópolis, Amaralina, Nova Roma e Vila Propício); e apenas em três municípios, mais de 10% dos domicílios não possuíam acesso a esse serviço (Iaciara, Campos Verdes e Santo Antônio do Descoberto).

Com relação à evolução desse tipo de serviço, merecem destaque dois municípios. No ano 2000, a coleta de lixo praticamente inexistia em Sítio D'Abadia, localizado na microrregião do Vão do Paran. Em 2010, apenas 4,46% dos domicílios deste município careciam da coleta de lixo, contra 77,32%, em 2000. Também se destaca guas Lindas de Goiás, apesar do grande crescimento populacional percebido na década, saiu de um percentual de 67,30% de domicílios sem coleta de lixo (2000) para apenas 6,22% de domicílios que carecem desse serviço (2010).

Após a análise das variáveis que tratam de questões de saneamento e salubridade, resta verificar a mobilidade urbana nos municípios goianos. Ressalta-se que há apenas dados disponíveis desta variável para o ano de 2010, o que impossibilita fazer sua evoluo. A mobilidade urbana, por suas próprias características, apresenta comportamento bastante diferenciado, dependendo do porte do município. Municípios pequenos, com populaes pequenas, tendem a obter bons resultados, uma vez que o deslocamento interno  curto. Por sua vez, municípios de grande porte e, especialmente, que integram alguma região metropolitana, tendem a apresentar resultados piores, não apenas pelas distâncias internas destes municípios serem maiores, mas também pelo movimento pendular de suas populaes que residem em um município e trabalham em outro.

Essas características são reveladas nos dados. Entre os quinze piores resultados encontrados na mobilidade urbana, sete são de municípios da Região Metropolitana de Goiânia e oito pertencem ao Entorno do Distrito Federal. Este último possui uma situao ainda mais delicada, com os cinco piores resultados do estado. Planaltina é o município goiano em que seus trabalhadores em situao de vulnerabilidade mais demoram no percurso casa-trabalho, 48,34% deles levam mais de uma hora

neste percurso. A capital Goiânia apresenta o 19º pior resultado em comparação com os demais municípios do estado, com 18,33% de seus trabalhadores nessas condições, em que se demora mais de uma hora entre seus domicílios e respectivos locais de trabalho.

Não por acaso, em Goiás, os municípios que apresentaram os piores resultados para o IVS Infraestrutura Urbana se encontram no Entorno do Distrito Federal e na RM de Goiânia. Alguns fatos em comum explicam essa condição nessas duas regiões. Segundo Arrais (2004), a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) pode ser dividida em três porções territoriais. A capital federal propriamente dita seria a região conhecida como Plano Piloto, que abriga a sede administrativa federal e os bairros com melhor condição de vida do Distrito Federal (DF). A segunda parte seria formada pelas chamadas regiões administrativas, ou conhecidas anteriormente por cidades satélites. A terceira parte seria o chamado *Entorno do Distrito Federal*, cidades em território goiano que se desenvolveram a partir da influência de Brasília. Essa região seria a parte mais periférica da Ride. Ela é formada principalmente por imigrantes, em especial do Nordeste brasileiro, que rumaram à Brasília em busca de melhores condições de vida. À medida que se vai aproximando da região da capital federal propriamente dita, o valor da terra encarece muito, fato que faz com que as pessoas com menores condições de renda vão sendo afastadas do núcleo da Ride em direção a sua periferia. Assim, o Entorno do Distrito Federal passa a abrigar as pessoas que são expelidas do centro urbano e com maior vulnerabilidade social, da mesma forma que ocorre com os municípios periféricos da RM de Goiânia.

Nessas duas regiões, os empregos e serviços básicos ofertados, como os de educação e saúde, se concentram no centro metropolitano (Goiânia e Brasília). Isto provoca um movimento pendular diário de grande contingente de pessoas que saem das periferias em direção ao centro e cria graves problemas de infraestrutura urbana. Não por acaso, municípios do Entorno do Distrito Federal e da RM de Goiânia, em geral, apresentam os resultados menos satisfatórios quanto ao quesito Infraestrutura Urbana.

Da mesma forma que as características dessa variável prejudicam o desempenho dos municípios de grande porte na dimensão Infraestrutura Urbana, essa mesma variável colabora com os pequenos municípios e para o resultado do estado de Goiás como um todo, pois a maioria dos municípios goianos é de pequeno porte. Neste sentido, 24 cidades goianas não apresentaram nenhum trabalhador que levava mais de uma hora de deslocamento da casa para o trabalho em 2010.

4 IVS CAPITAL HUMANO NOS MUNICÍPIOS GOIANOS

Em Goiás, a dimensão Capital Humano apresentou média vulnerabilidade social com índice de 0,334. Esta dimensão é composta por oito indicadores: mortalidade infantil;⁹ percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola;¹⁰ percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola;¹¹ percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos;¹² percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos, no total de mães chefes de família;¹³ taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade;¹⁴ percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo;¹⁵ e percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, na população total dessa faixa etária.¹⁶

Essa dimensão se utiliza de indicadores de saúde e educação que refletem ativos e estruturas presentes (ou ausentes) que irão influenciar as perspectivas presentes e futuras dos indivíduos em relação a sua inserção social. Nesse sentido, cabe ressaltar que a vulnerabilidade não é uma condição inata do indivíduo, mas está relacionada com uma combinação de arranjos sociais, políticos e econômicos que incidem das mais diversas formas nos indivíduos. Desse modo, não são os indivíduos que são vulneráveis, mas a situação em que se encontram que os tornam vulneráveis (Reis *et al.*, 2014). Em outras palavras, não está em questão o comportamento dos indivíduos e sim as condições de vida que possuem.

A frequência das crianças na escola, a escolaridade dos moradores de um domicílio, a gravidez precoce, as mulheres chefes de família, entre outras variáveis dessa dimensão, refletem a inserção do sujeito no mundo social, suas relações na família e na escola, além da iniciação ao mundo do trabalho. A análise da precariedade dessas condições é importante para tentar compreender os processos de desfiliação social de sujeitos em situação de vulnerabilidade. Essa desfiliação não

9. Número de crianças que não sobrevivem ao primeiro ano de vida, em cada mil crianças nascidas vivas.

10. Razão entre o número de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam creche ou escola, e o total de crianças nesta faixa etária (multiplicada por 100).

11. Razão entre o número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).

12. Razão entre o número de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos, e o total de mulheres nesta faixa etária (multiplicada por 100).

13. Razão entre o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio, que não têm o ensino fundamental completo e têm pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio, e o número total de mulheres chefes de família (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

14. Razão entre a população de 15 anos ou mais que não sabe ler nem escrever um bilhete simples, e o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100).

15. Razão entre o número de crianças de até 14 anos que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo, e a população total nesta faixa etária residente em domicílios particulares permanentes (multiplicada por 100).

16. Razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, de agosto de 2010, e a população total nesta faixa etária (multiplicada por 100). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

significa a ausência completa de vínculos, a não interação com a escola e a família etc. Mas a ausência de estruturas por meio das quais essas interações produzam sentido para o indivíduo e contribuam para a formação de sua identidade social (Gontijo e Medeiros, 2009).

O IVS Capital Humano apresentou melhoria em Goiás na década em análise, exemplo disso é o município de Três Ranchos, melhor resultado nesta dimensão e que saiu, em 2000, de uma alta vulnerabilidade (0,427) para vulnerabilidade muito baixa (0,174) em 2010. Na tabela 5, apresenta-se a distribuição dos municípios goianos por faixas do IVS nesta dimensão e aponta a evolução ocorrida entre 2000 e 2010.

TABELA 5
Distribuição dos municípios nas faixas do IVS Capital Humano – Goiás (2000 e 2010)

Vulnerabilidade social		2000		2010	
		Número de municípios	%	Número de municípios	%
Muito baixa	0,000 a 0,200	0	0,00	1	0,40
Baixa	0,201 a 0,300	1	0,40	50	20,32
Média	0,301 a 0,400	15	6,10	126	51,22
Alta	0,401 a 0,500	96	39,02	57	23,17
Muito alta	> 0,500	134	54,47	12	4,88

Fonte: Ipea (2015b).

A seguir, na tabela 6, o *ranking* com as dez melhores e dez piores situações no estado de Goiás em 2010.

TABELA 6
Melhores e piores municípios no IVS Capital Humano – Goiás (2010)

Melhores municípios	Microrregião	IVS Infraestrutura Urbana	Piores municípios	Microrregião	IVS Infraestrutura Urbana
Três Ranchos	Catalão	0,174	Cavalcante	Chapada dos Veadeiros	0,507
Lagoa Santa	Quirinópolis	0,214	Monte Alegre de Goiás	Chapada dos Veadeiros	0,491
Rio Quente	Meia Ponte	0,221	Teresina de Goiás	Chapada dos veadeiros	0,484
Ceres	Ceres	0,222	Vila Boa	Entorno de Brasília	0,487
Davinópolis	Catalão	0,231	Iaciara	Vão do Paranã	0,475
Goiandira	Catalão	0,234	Flores de Goiás	Vão do Paranã	0,471
Cumari	Catalão	0,236	Novo Planalto	São Miguel do Araguaia	0,471
Ouvidor	Catalão	0,237	São Domingos	Vão do Paranã	0,466
Taquaral de Goiás	Anápolis	0,245	Bonópolis	Porangatu	0,465
Palmelo	Pires do Rio	0,248	Posse	Vão do Paranã	0,461

Fonte: Ipea (2015b).
Elaboração dos autores.

A microrregião de Catalão aparece como o grande destaque positivo no IVS Capital Humano com cinco municípios entre os dez melhores no estado, inclusive o melhor deles, Três Ranchos. Entre os dez piores resultados, em 2010, destacam-se negativamente as microrregiões da Chapada dos Veadeiros, com as três maiores vulnerabilidades, e a microrregião do Vão do Paran, com quatro municípios. Goiânia apresentou uma evolução moderada na década e saiu de um IVS Capital Humano médio, 0,336, para uma vulnerabilidade baixa com ndice 0,263.

A mortalidade infantil diminuiu nos municípios goianos, embora ainda se apresente elevada em alguns municípios. Alguns se destacam, por exemplo, Guarata, que passou de 34,80 mortes a cada mil nascidos vivos para 14,60 mortes, e Santa Tereza de Goiás, que passou de 34,00 para 13,90. Merece destaque o município de Formosa, que teve a menor taxa de mortalidade infantil de Goiás, com 10,26 mortes por mil nascidos vivos em 2010.

O número de crianças até os 5 anos na escola em Goiás ainda era baixo em 2010. O município de Nova Aurora obteve o melhor resultado do estado, 30,66% de suas crianças nessa faixa etária estavam fora da escola. Ressalta-se que apenas com a sanção da Lei Complementar n 12.796/2013 passou a ser obrigatória a frequência escolar de crianças a partir dos 4 anos.

Ao se elevar a faixa etária (entre os 6 e os 14 anos), o cenário muda completamente. Os municípios de Nova Aurora, Anhanguera, Adelndia, Cachoeira de Goiás, Três Ranchos, Arenpolis, Diorama, Jaupaci e Damianópolis contam com todas as suas crianças nessa faixa etária na escola. Negativamente, apresenta-se o município de Fazenda Nova, em que 11,50% dessas crianças estão fora da escola. Além de ndice alto, chama a atenção o retrocesso observado na década, uma vez que em 2000 esse ndice era de apenas 1,94%.

A taxa de analfabetismo permanece como um dado relevante quanto à vulnerabilidade social no Brasil e em Goiás. O município de Cavalcante é o com a maior proporção de analfabetos do estado. No entanto, cabe ressaltar que em 2000 quase a metade de sua população, 41,74%, era analfabeta e em 2010 esse número passou para 26,82%, o maior avanço em todo o estado de Goiás.

O capital cultural de uma família contribui para o desenvolvimento social e profissional de um indivíduo. Portanto é muito importante se saber o percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo. O município que apresentou o menor número de crianças até 14 anos nessa condição foi Três Ranchos, com apenas 14,63% do total de crianças nessa faixa etária. A evolução dessa variável neste município foi significativa, com diminuição de 43,68% em apenas uma década. Os municípios de Amaralina, Flores de Goiás e São Domingos, apesar de terem melhorado na

década, ainda apresentam mais da metade de suas crianças vivendo em domicílios em que nenhum dos moradores possui o ensino fundamental completo.

A gravidez precoce é vista como um item relevante com relação à estrutura familiar. A mulher que se torna mãe antes dos 18 anos aumenta muito as chances de antecipar sua saída da escola e, assim, comprometer seu futuro no mercado de trabalho. Em todo o estado de Goiás, o percentual de mulheres entre os 10 e os 17 anos que tiveram filhos caiu de 3,90% em 2000 para 2,96 em 2010. Dezoito municípios goianos não apresentaram nenhuma mulher nessa faixa etária com filhos, lembrando que a pequena população colabora para este índice. O município que apresentou a maior taxa foi Bonópolis, que se manteve praticamente estável na década, com taxa de 9,34% em 2010.

Uma família que possui a mãe sem o ensino fundamental completo como chefe de família e com ao menos um filho abaixo dos 15 anos caracteriza-se por sua situação de vulnerabilidade social. Esta variável foi uma das poucas que apresentou um aumento no índice de Goiás entre os anos de 2000, quando 13,39% das mulheres chefes de família não possuíam o ensino fundamental completo, e 2010 quando passou para 14,51%.

Por fim, a última variável dessa dimensão a chamada “geração nem-nem” de baixa renda, pessoas entre 15 e 24 anos com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo que nem estudam nem trabalham. Houve grande diminuição dessa geração em Goiás durante a década, passando de 14,19% para 7,60%. O grande destaque positivo foi o município de Taquaral de Goiás, que passou de 21,88% para apenas 1,18% e alcançou o melhor índice do estado.

5 IVS RENDA E TRABALHO NOS MUNICÍPIOS GOIANOS

O IVS Renda e Trabalho abrange indicadores de insegurança de renda e de precariedade nas relações de trabalho. É medido por cinco indicadores: a insegurança de renda – renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo; a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a existência de pessoas em domicílios que dependem da renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil (Ipea, 2015a).

Em Goiás, em 2000, 93,5% dos municípios goianos encontravam-se na faixa de alta ou muito alta vulnerabilidade social, ou seja, 230 municípios vivenciavam uma realidade de grave vulnerabilidade de renda e relações de trabalho (tabela 7). Essa dimensão foi a que apresentou maiores transformações positivas (38%), saindo da faixa de alta para baixa vulnerabilidade, reflexo do aumento do trabalho formal e da renda no país na primeira década de 2000. Em 2010, o índice revela uma nova realidade aos municípios goianos, especialmente, aos da região do sul goiano e centro goiano, conforme pode ser visualizado na figura 2. Destacam-se,

em 2010, três municípios com muito baixo IVS Renda e Trabalho – Anhanguera, Chapadão do Céu e Goiânia. No entanto, ainda há onze municípios com muito alto IVS Renda e Trabalho, sendo que em Amaralina, norte goiano, encontra-se a maior vulnerabilidade de renda e trabalho do estado de Goiás.

TABELA 7
Distribuição dos municípios nas faixas do IVS Renda e Trabalho – Goiás (2000 e 2010)

Vulnerabilidade social		2000		2010	
		Número de municípios	%	Número de municípios	%
Muito baixa	0,000 a 0,200	0	0	3	1,22
Baixa	0,201 a 0,300	0	0	71	28,86
Média	0,301 a 0,400	16	6,50	120	48,78
Alta	0,401 a 0,500	103	41,87	41	16,67
Muito alta	>0,500	127	51,63	11	4,47

Fonte: Ipea (2015b).

Na tabela 8, encontram-se os dez melhores e os dez piores resultados de municípios no IVS Renda e Trabalho em 2010. Os municípios com menor vulnerabilidade social estão localizados predominantemente no sul goiano. Os municípios com maior vulnerabilidade social estão localizados, em geral, no leste e no norte goiano.

TABELA 8
Melhores e piores municípios no IVS Renda e Trabalho – Goiás (2010)

Melhores municípios	Microrregião	IVS Renda e Trabalho	Piores municípios	Microrregião	IVS Renda e Trabalho
Anhanguera	Catalão	0,135	Amaralina	Porangatu	0,589
Chapadão do Céu	Sudoeste de Goiás	0,182	Guarani de Goiás	Sudoeste de Goiás	0,586
Goiânia	Goiânia	0,198	Flores de Goiás	Vão Paranã	0,566
Três Ranchos	Catalão	0,208	Simolândia	Vão Paranã	0,565
Rio Quente	Meia Ponte	0,209	Novo Planalto	São Miguel do Araguaia	0,556
Caldas Novas	Meia Ponte	0,212	Guarinos	Ceres	0,544
Caçu	Quirinópolis	0,213	Monte Alegre de Goiás	Chapada dos Veadeiros	0,538
Catalão	Catalão	0,219	Cavalcante	Chapada dos Veadeiros	0,536
Valparaíso de Goiás	Entorno de Brasília	0,227	Buritinópolis	Vão Paranã	0,528
Jataí	Sudoeste de Goiás	0,238	Damianópolis	Vão Paranã	0,524

Fonte: Ipea (2015b).
Elaboração dos autores.

Em 2010, 22,4% dos goianos encontram-se vulneráveis à pobreza,¹⁷ proporção inferior ao indicador nacional que é 32,5%. O município de Chapadão do Céu, sul goiano, possui a menor proporção de indivíduos vulneráveis à pobreza (7,84%), também é neste município que se verifica um dos maiores PIB *per capita* de Goiás, ocupando, em 2012, o terceiro maior PIB *per capita*, o destaque de sua economia está no setor agropecuário, com grande produção de milho, soja, feijão etc. Enquanto Flores de Goiás, leste goiano, possui a maior proporção (67,38%). Em 2010, 21 municípios goianos possuíam mais de 50% de seus indivíduos vulneráveis à pobreza.

Em relação ao indicador taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais,¹⁸ em 2000, Goiás possuía taxa de 11,32%, passando para 5,76%, em 2010. Isso reflete o aquecimento do mercado de trabalho em Goiás no período. No entanto, há municípios com elevada taxa de desocupação, como Novo Planalto, noroeste goiano, com taxa de 17,46%. Esse dado pode ser ratificado pelo Índice de Desempenho dos Municípios (IDM) goianos na dimensão trabalho, desenvolvido pelo Instituto Mauro Borges de Pesquisas e Estatísticas Socioeconômicas (IMB). Neste índice, Novo Planalto ocupou o 215º lugar, entre os 246 municípios goianos, em 2012.

No que se refere à vulnerabilidade expressa no emprego informal e sem escolarização, o indicador revela que, em 2010, 33,56% de pessoas de 18 anos ou mais não possuíam ensino fundamental completo e se encontravam em ocupação informal.¹⁹ Em 2000, esse indicador era de 50,24%. No município de Guarinos, essa realidade é grave, 65,82% destas pessoas encontram-se nesta situação. Isso é corroborado pela posição de Guarinos, 243º, no *ranking* do IDM trabalho.

Em relação à porcentagem de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos,²⁰ Goiás (1,48%) possui indicador inferior ao do Brasil

17. Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 225,00 mensais, de agosto de 2010, equivalente a meio salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes (Ipea, 2015a).

18. Percentual da população economicamente ativa (PEA) nessa faixa etária que estava desocupada, ou seja, que não estava ocupada na semana anterior à data do censo, mas havia procurado trabalho ao longo do mês anterior à data dessa pesquisa (Ipea, 2015a).

19. Razão entre as pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo, em ocupação informal, e a população total nesta faixa etária, multiplicada por 100. Ocupação informal implica que trabalham, mas não são: empregados com carteira de trabalho assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou do corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição a instituto de previdência oficial (Ipea, 2015a).

20. Razão das pessoas de 10 a 14 anos que eram economicamente ativas, ou seja, estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

(2,42%). Em relação à taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos,²¹ Goiás (8,95%) possui taxa superior à do Brasil (7,53%). Em Goiás, dezessete municípios possuem taxa superior a 20%, revelando um grave problema de crianças em atividade.

6 ÍNDICE DE DESEMPENHO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DE GOIÁS

O Índice de Vulnerabilidade Social e o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios são, de certa forma, complementares. O IVS se utiliza de indicadores que buscam refletir condições menos favoráveis de inserção social das pessoas, condições de moradia, de infraestrutura urbana, de educação e de inserção no mundo do trabalho que possam revelar a situação de vulnerabilidade de determinadas parcelas da população (Ipea, 2015c).

Por sua vez, o IDHM é composto por indicadores de longevidade, educação e renda, que procuram expressar as capacidades individuais e oportunidades sociais disponíveis aos indivíduos que ampliam suas liberdades de escolha e ação, de modo a lhes permitir, tanto quanto possível, satisfazer seus desejos e necessidades. O Índice de Desempenho dos Municípios tem objetivo semelhante, porém é composto em maior frequência, a cada dois anos.

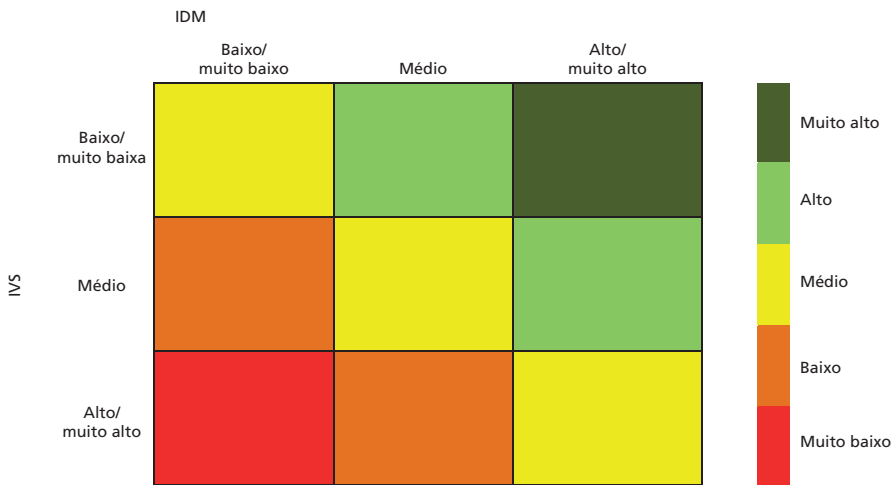
Apesar disso, o IDM é composto não apenas por variáveis que dizem respeito apenas ao indivíduo, mas também por variáveis que representam a situação geral do município, por exemplo, o PIB, recursos próprios do município na composição da receita total, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cobertura da rede de telefonia fixa e internet, dados sobre criminalidade etc.²² Ao todo, o IDM é uma medida descritiva sintética do desempenho dos municípios goianos composto por 34 variáveis agrupadas em seis dimensões, a saber: economia, trabalho, educação, segurança pública, infraestrutura e saúde.

Dessa forma, o desempenho social busca refletir situações sociais que levem em conta o capital familiar e escolar, condições de moradia, inserção no mundo do trabalho, infraestrutura urbana, robustez econômica local, acesso a serviços básicos de saúde e um fenômeno social que, embora não conste no IVS, é de extrema importância na condição de vulnerabilidade de uma pessoa, a criminalidade. Para tanto, foi realizado o cruzamento das faixas do IVS com o IDM, conforme a figura 3.

21. Razão das pessoas de 10 a 14 anos que eram economicamente ativas, ou seja, estavam ocupadas ou desocupadas na semana de referência do censo entre o total de pessoas nesta faixa etária (multiplicada por 100). Considera-se desocupada a pessoa que, não estando ocupada na semana de referência, havia procurado trabalho no mês anterior a essa pesquisa.

22. Para mais informações sobre as variáveis e a composição do IDM, ver a publicação no endereço: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/idm/idm2010.pdf>>.

FIGURA 3
Desempenho social dos municípios goianos



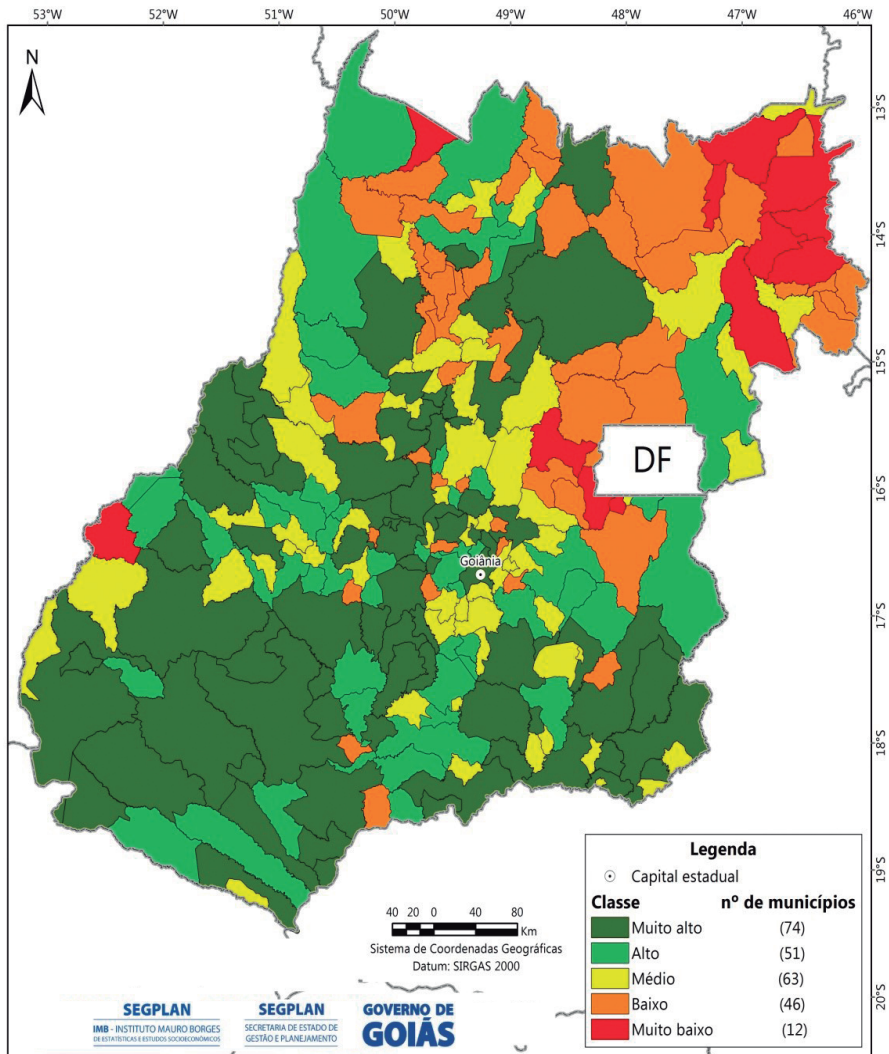
Fontes: Ipea (2015a) e IMB (2014a).
Elaboração dos autores.

O resultado revela que, em 2010, doze municípios goianos apresentaram muito baixo desempenho social (IDS), 46 baixo, 63 médio, 51 alto e 74 muito alto. Devido ao fato de o IDM ter sua primeira publicação referente ao ano de 2010, não é possível calcular o IDS para o ano 2000 nem sua evolução no período.

As desigualdades regionais de Goiás ficam mais uma vez evidenciadas na observância do IDS. Dos doze municípios que possuem muito baixo IDS, sete se encontram no nordeste goiano. A figura 4 evidencia a distribuição desigual do desempenho social no território goiano.

Conforme a figura 4, visualiza-se a predominância de municípios com IDS muito alto e alto nas porções centro e sul do estado de Goiás. Por sua vez, IDS muito baixo e baixo se verificam no Entorno do Distrito Federal e no nordeste goiano. A exceção negativa é o município de Baliza, na microrregião de Aragarças, que, apesar de estar localizado em uma área com resultados em geral satisfatórios, também apresenta IDS muito baixo. Como destaque positivo aparece o município de Caçu, na microrregião de Quirinópolis, melhor IDM do estado e IVS de 0,215, atingindo um IDS muito alto.

FIGURA 4
Índice de Desempenho Social – municípios goianos (2010)



Fontes: Ipea (2015b) e IMB (2014a).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice de Vulnerabilidade Social é uma importante ferramenta para se ter conhecimento sobre as condições de vida da parcela da população que mais carece da ação do poder público. Apesar de importantes avanços em Goiás, ainda permanecem muitos gargalos e a necessidade de atuação do setor público a fim de diminuir a vulnerabilidade a que está sujeita parte da população do estado.

A infraestrutura dos municípios goianos apresenta-se como o ponto com menor avanço entre os itens abordados no IVS, assim como também apresenta os maiores contrastes no estado. Na maior parte do território, os resultados são bastante positivos, mas a situação inverte-se nas regiões metropolitanas. Isso revela a dificuldade do poder público em acompanhar o rápido crescimento populacional observado tanto na RM de Goiânia quanto no Entorno do Distrito Federal.

Nos pequenos municípios do estado, houve grande avanço na questão do saneamento básico e da coleta de lixo, ao mesmo tempo em que não há grandes dificuldades com a mobilidade nestes municípios. Por seu turno, o crescimento acelerado gerou grandes problemas de mobilidade urbana e de saneamento básico que ainda desafiam o poder público. O cenário de urbanização precária criou localidades marginalizadas caracterizadas pela alta vulnerabilidade social de seus moradores em que o pleno desenvolvimento individual é obstaculizado. Essas localidades se tornam terreno fértil para diversos problemas sociais, como a violência.

O Capital Humano obteve significativa melhoria na década, o que demonstra grandes avanços no acesso à educação pela população residente em Goiás. Embora os avanços tenham ocorrido em todo o estado, permanece a histórica diferença regional entre as porções norte e sul de Goiás.

A dimensão Renda e Trabalho foi a que mais contribuiu para a diminuição da vulnerabilidade social em Goiás. Isso foi resultado da dinâmica econômica do período analisado, com melhoria na ocupação da população, na formalização do trabalho, assim como na renda do trabalhador. Também nesta dimensão, verificou-se a disparidade regional entre sul e norte do estado em desfavor, especialmente, das microrregiões da Chapada dos Veadeiros e do Vão do Paranã.

As disparidades verificadas entre as regiões do estado também se verificam internamente nos municípios da RM de Goiânia. As UDHs localizadas no centro metropolitano apresentaram resultados consideravelmente melhores que as que se encontram na periferia da região.

O Índice de Vulnerabilidade Social facilitou a compreensão das carências vividas pela população menos favorecida do estado. Nesse sentido, este índice possibilita verificar grandes avanços ocorridos na década, assim como demonstra que ainda há muito a ser feito para melhorar as condições de vida dessa parcela da população, bem como diminuir as disparidades regionais do estado.

O Índice de Desempenho Social dos municípios de Goiás demonstrou que, além de ter havido grande diminuição da situação de vulnerabilidade de suas populações, estes municípios, em sua maioria, oferecem condições socioeconômicas favoráveis para que seus habitantes possam desempenhar suas vontades e seus objetivos de forma satisfatória. No entanto, o IDS ratifica a histórica desigualdade regional de

Goiás no que tange aos aspectos econômicos e sociais, em favor das regiões central e sul do estado e em prejuízo das periferias metropolitanas (RM de Goiânia e Entorno do DF), além do nordeste goiano.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, T. A. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 467-475, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/ySkX71>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES. **Índice de Desempenho dos Municípios Goianos 2012**. Goiânia: IMB, 2014a.

_____. **Análise espacial do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): o caso de Goiás**. Goiânia: IMB, 2014b.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015a.

_____. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2015b.

_____. **Vulnerabilidade social: uma digressão sobre a polissemia do conceito e a construção de um índice associado ao Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: Ipea, 2015c.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Revista Sociedade em Debate**, Universidade Católica de Pelotas, v. 17, n. 2, 2011.

REIS, C. *et al.* A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 31, n. 4, p. 583-593, dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/pHohsI>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

WACQUANT, L. **A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada**. 2006. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4618.pdf>>.